



CEDI - P. I. B.
DATA 31/08/87
COD. TBD38

ÁREA INDÍGENA TAPEBA  
CAUCAIA/CE.

IDENTIFICAÇÃO/DELIMITAÇÃO

BRASÍLIA/1986.

SEP Quadra 702 Sul  
Edifício Lex, 3º andar  
CEP 70.330 Brasília D.F.

I N D I C E

I - INTRODUÇÃO .....	01
II - HISTÓRICO DO GRUPO .....	04
III - SITUAÇÃO ATUAL, POPULAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA ECONOMICA .....	09
IV - A ÁREA .....	13
V - CONCLUSÃO .....	17
VI - REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	
VII - ANEXOS .....	

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO - A.I. TAPEBA

I - INTRODUÇÃO

Até há pouco tempo, o Ceará era apontado entre os Estados brasileiros, onde não havia mais índios. Só nos últimos três anos isso começa a mudar.

De fato, causa espécie uma região cuja história registra a presença de várias nações indígenas, ter procedido com tanta "eficiência", o de saparecimento dos seus primeiros habitantes, ao contrário de outros Estados nordestinos, conservando apenas os inúmeros topônimos indígenas que denominam seus rios, vales, serras e cidades.

Sabemos que a população do Ceará origina-se basicamente do encontro de índios e brancos, sendo a presença do negro menos significativa. Nestas condições, a assimilação dos grupos indígenas sobreviventes do contato e do esbulho, foi decisiva na formação do tipo humano e cultura regional.

O aparecimento de alguns grupos indígenas no Ceará nos últimos três anos, através do trabalho da Arquidiocese de Fortaleza, só é explícável pela violência discriminatória que sempre objetivou o esbulho das suas terras, bem como pela manutenção (embora cada vez menor) de formas de organização típicas que dão suporte ao sentimento de pertencimento e identidade étnica resistentes.

Atualmente os TAPEBA, localizados no Município de Caucaia, e os TREMEMBÉ, localizados no município de Itarema, constituem dois agrupamentos cearenses, originários dos antigos aldeamentos missionários e do convívio compulsório de nações diversas, assistidos pela Arquidiocese de Fortaleza e pela FUNAI, que os incluiu na programação para delimitação e demarcação até 1987, bem como estendeu a eles os benefícios do PAPP/Projeto Nordeste.

Existem informações de outros grupos indígenas no município de Aquiraz, Aracati e na região da Serra do Ibiapaba.

No caso Tapeba, a que se refere o presente Relatório, foi instituído através da P.P. nº 1327/86 de 02.09.86, um G.T. para em conjunto com a Arquidiocese de Fortaleza e apoio do INCRA, proceder aos estudos de

*[Handwritten signature]*

identificação e delimitação da área indígena. A criação deste GT. originou-se de entendimentos entre o MIRAD, Arquidiocese de Fortaleza e FUNAI, em reuniões nesta capital, afim de colocar a FUNAI a par da situação dos Tapeba.

Em 1985, o Arcebispo Metropolitano de Fortaleza Aloisio Cardallorscheider, enviou correspondência ao Ministro da Fazenda Dilson Funaro e ao Presidente José Sarney, informando sobre o trabalho de evangelização e promoção humana desenvolvido pela Igreja junto às comunidades do Rio Ceará, no Município de Caucaia, em situação de pobreza absoluta e solicitou providências contra a ameaça de expulsão das comunidades do mangue e do rio, de onde tiram a sobrevivência, pois parte do terreno à margem direita do rio Ceará estava ameaçado pela abertura de picadas e devastação do mangue. O Arcebispo sugeria a desapropriação da área e transferência para a Associação das Comunidades do Rio Ceará.

Segundo a reunião FUNAI e a CTI/MIRAD, no dia 19.08.86, ficamos cientes da situação delicada entre índios e não índios em Caucaia, tendo em vista o estágio de aculturação, integração e miscigenação dos Tapeba, na medida em que uma ação tradicional da FUNAI, tanto aquela adotada no nordeste como entre os grupos da Amazônia, poderiam provocar conflitos para a convivência até então solidária entre Tapeba e não Tapeba, da Associação das Comunidades do Rio Ceará.

Esta Associação é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, composta de índios e não índios, iguais nas condições precárias de vida. É assessorada por uma Equipe da Arquidiocese de Fortaleza e organizada em Comunidades Eclesiais de Base- CEB.

Até então, a questão dos sem terra no município de Caucaia, estava sendo tratada em conjunto para índios e não índios, à luz da reforma agrária engendrada pelo atual governo. Neste sentido, havia uma proposta da Associação, de desapropriação de uma área de 18000 ha para usufruto das comunidades, podendo o assentamento das famílias ser feito na forma condominial, prevista no Estatuto da Terra.

Durante a reunião FUNAI/MIRAD decidiu-se pela criação do GT. para estudo da área Tapeba, o que foi definido em posterior encontro nesta capital com a Arquidiocese de Fortaleza.

Os estudos da FUNAI, seriam somados aos trabalhos desenvolvidos até agora pelo INCRA para se ter uma solução fundiária local que

beneficiasse índios e não índios na área, já que através da carta do Ministro Dilson Funaro, o Arcebispo Metropolitano de Fortaleza foi informado "que a área de terra situada à margem direita do rio Ceará..., está legalmente concedida em aforamento, ao Sr. Francisco de Assis Vidal". E que "de acordo com informações prestadas pela Delegacia do SPU no Estado do Ceará, a eventual transferência da área para empresa localizada nesse Estado está, no momento, suspensa, o que afasta a preocupação imediata do problema relatado".

Já em Fortaleza, o GT. participou da reunião do INCRA, de 17.09.86 entre várias Entidades do Estado, até agora envolvidas com a questão Tapeba:

INCRA- Raimundo da Mata (Coordenador dos trabalhos fundiários em Caucaia) e Diretor da DRF.

MIRAD/CTI- André Villas Boas -(Assessor do Ministro)

ARQUIDIOCESE - Pedro Bartolomeu (Assessoria da Associação)

Sérgio Leitão (Advogado, Assessoria da Associação)

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DO RIO CEARÁ - Francisco Alves Teixeira, vulgo

ALBERTO -(Representante da comunidade Tapeba)

Sebastião André (Representante dos não Tapeba e Presidente da Associação).

COMISSÃO PRÓ-TAPEBA - Pedro Capibaribe (Associação dos Geólogos do CE).

Foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pelo INCRA até agora, no município de Caucaia, discutida a ampliação do perímetro urbano pela Prefeitura de Caucaia, preocupações gerais e estratégia de encaminhamento da questão, da execução da missão FUNAI/ARQUIDIOCESE e do apoio do INCRA.

Caucaia fica a 16 Km de Fortaleza. O trabalho de identificação foi feito em Kombi cedida pela INCRA e acompanhado pelo Alberto, líder do grupo Tapeba e Sebastião André, representante dos não-Tapeba da Associação das comunidades do Rio Ceará.

*Handwritten signature*

## II - HISTÓRICO DO GRUPO

Quando os franceses chegaram no litoral do Ceará, logo se alia-  
ram aos índios contra portugueses. Estes índios, no princípio, eram da na-  
ção Kariri, posteriormente expulsos do litoral pelos Tupi.

A primeira tentativa de ocupação portuguesa que deixou frutos,  
seja na derrota aos franceses, na fundação de logradouros, na amizade com  
os índios ou colocação de grupos humanos, se deu com a expedição de Pero  
Coelho de 1603, vinda da Paraíba, com o fim de abrir uma feitoria. Chegou  
a fundar a localidade de Nova Lisboa, mas foi obrigado a retirar-se para o  
Rio Grande do Norte, pela pressão dos índios.

A ocupação se orientava pela localização dos rios e presença  
de índios. Sendo assim, a expedição de Pero Coelho, passou pela foz do Ja-  
guaribe, do Ceará, Camocim e Serra do Ibiapaba.

A resistência indígena contra a invasão de seu território pe-  
los europeus, havia se concentrado na Serra do Ibiapaba, tornando célebre  
alguns dos seus chefes.

Em 1607/608, os precursores da atividade missionária no Ceará,  
os Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, tentaram novamente um estabele-  
cimento junto aos índios da serra do Ibiapaba, sem sucesso, onde  
foi morto Francisco Pinto.

No período já existia, entre outros, o aldeamento de Caucaia,  
por onde os padres, seguindo os caminhos de Pero Coelho, passaram e reuni-  
ram aí, os Potyguara vindos da Paraíba na expedição de 1603.

Em 1609, vindo do Rio Grande do Norte, chegou Martim Soares Mo-  
reno, nomeado Capitão-Mor do Ceará, que fundou o Forte de Nossa Senhora do  
Amparo, na barra do rio Ceará, local ocupado por Pero Coelho e excelente  
ancoradouro e acesso até as imediações de Caucaia, cujo aldeamento passou  
a ser encabeçado por um índio Potyguara vindo com Moreno.

Moreno conseguiu aliança com os índios que, reunidos em quatro  
aldeias nas margens do rio Ceará, deixaram de hostilizar os portugueses.

Sendo assim, "o município de Caucaia teve origem na Aldeia de  
Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, administrada por missionários jesu-  
tas, onde foram reunidos índios Potiguara"...Proc. 1986/85. fls. 15.

Em 1759, a aldeia de Caucaia passou à categoria de Vila, com  
a denominação de Soure, face a expulsão dos jesuítas do Brasil e elevação

a Vila de todos os seus aldeamentos por força de Provisão Régia e Alvarás de 1755.

Posteriormente, os índios do local, foram considerados extintos, junto aos demais grupos do Ceará, conforme o Relatório de José da Cunha Figueiredo Junior à Assembléia Legislativa Provincial em 09.10.1863.

O aldeamento de Caucaia existiu desde o sec. XVII, ligado "às primeiras tentativas de colonização do Ceará. Localizado "na margem oriental do rio Ceará, a quatro léguas do mar, segundo Saint-Adolphe", formou-se primeiramente de índios Potyguara trazidos da Paraíba e de representantes de outras nações indígenas "descidas" pelas Missões.

Em 1696, o Capitão-mor do Ceará Pedro Lelou, refere-se a quatro aldeias, entre elas Caucaia.

Na Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749) a Antropóloga Jussara Vieira Gomes do Museu do Índio encontrou a seguinte referência à aldeia de Caucaia, na "Capitania do Cyará Grande": "Aldeia da Caucaya, sita no destricto da Villa de Fortalleza Ribeira do Cyará, Invocação Nossa Senhora dos Prazeres, o seu Missionário é Religiozo da Companhia de Jezus, tem uma nação somente de Cabocollos da Lingua Geral.(Proc. 1986/85-fls.248.)

Na época em que a Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia passou a Vila Nova de Soure, no ano de 1759, Serafim Leite informa que havia 600 índios no local. (Leite, 1943:91).

O "Mappa dos habitantes da Capitania do Ceará-Grande, de 1808, mostra as vilas de Arronches, Messejana, Soure, Montemor- o - novo e Villa Viçosa Real, como vilas de índios, apresentando na época, uma população de 816 habitantes na Freguezia de Nossa Senhora dos Prazeres, Vila de Soure.

A Antropóloga Jussara Vieira Gomes no Proc. 1986/85-fls. 251, registra que "Pinto, no verbete referente a Soure reproduz o conteúdo de uma escritura de doação de terras feita por Francisco Barroso de Souza Cordeiro e sua mulher a Nossa Senhora dos Prazeres desta Real Villa de Soure, onde se faz menção aos possuidores índios desta mesma Villa, acrescentando que em 1872 a população de Soure era de 13.641 habitantes.

Sobre Mecejana, Arronches e Soure, Aires de Casal descreve: "Todas três são vilas de índios, com alguns brancos e mestiços, cultivadores de mandioca, algodão, arroz, inhames, legumes: todas fundadas em sítios e colhidos para estabelecimentos dos indígenas cristianizados. Proc.1986/85-fls. 251.

*[Handwritten signature]*



O topônimo Soure, depois de 184 anos, foi substituído pelo primitivo nome Caucaia (Decreto Lei nº 1114, de 30.12.43).

Na "Idéa da População da Capitania de Pernambuco...", Soure está descrita: "Esta Villa e de Indios da Lingoa Geral e fica tres legoas ao Norte da Villa da Fortaleza, e quaze outras tantas da Costa:... tem só uma legoa em quadra, e huma grande serra em que plantão as suas lavouras..."

Em 1814, Luiz Barba Alardo de Menezes referindo-se à Comarca do Ceará, refere-se também a Soure... "Villas dos Índios, de Arroches, Messajana e Soure, assim como nas confinantes do Aquirãs e Montemor o Novo, sendo certo que a primeira Villa dista da capital para leste uma legua, tendo duas de extensão em quadro; que a segunda fica para a mesma parte, em distância de três e uma dita de termo ; que a terceira, distante três leguas para oeste, só tem uma em quadro";...

Ainda Luiz Barba Alardo de Menezes: "Esta villa chamavam os Índios da nação algodão, seus fundadores, Caucaya, que significa, bem queimado está o mato; foi a primeira que estebeleceram no Ceará, quando evacuaram a ilha de Itamaracá... Foi erecta em villa em 1759, fica a oeste do rio Ceará, em distância de légua e meia da sua barra, e tem de extensão uma légua em quadro. Os jesuítas ali tinham em uma linda praça a igreja matriz da invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, que ainda se conserva com muita decência, e apesar de terem desertado muitos dos seus moradores, pelas grandes violências dos diretores, ainda tem três companhias de ordenanças de Índios, pouco industriosos, e muito pobres".

No Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, de 1862, Manoel Felizardo de Souza e Mello, registra: "Grande numero de antigas aldeias se podem suppôr extinctas: seus habitantes se tem dispersado, chegando a tal estado de civilização que já não se distinguem na massa geral da população. Os terrenos porém que haviam sido doados a estas aldeias, mais ou menos se acham invadidos, tendo sido esbulhados delles os descendentes dos primitivos habitantes do Brasil, e o Estado. Derão-se providencias para aviventar os rumos de algumas sesmarias de aldeias de Índios, distribuir por aquelles que ainda existirem a porção de terra que precisarem para a sua cultura, e para vender, e arrendar o restante. Estas medidas serão estendidas á todos os aldeamentos que estiverem nas circumstancias do da Escada, na provincia de Pernambuco, e dos da provincia do Ceará".



A respeito dos índios de Caucaia, informações recentes, aparecem em 1982, no jornal o Estado de São Paulo, no artigo intitulado "Os últimos Tapebas", dando como indígenas, com indivíduos que vivem em palhoças à margem do rio Ceará em estado de miséria e abandono.

Em 1985, ano em que foi fundada a Associação das Comunidades do Rio Ceará, composta de Tapebas e não-Tapebas, um Abaixo-Assinado da comunidade Tapeba é enviado à FUNAI, solicitando assistência em saúde, Educação e Terra para morar e plantar.

No mesmo ano, o Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, escreve ao Ministro Dilson Funaro, informando sobre conflito social instalado em terras da União, envolvendo Tapebas, não-Tapebas e a Empresa TBA e solicita providências.

O MIRAD, através da Port. 30 de 08.04.86 constitui um GT. formado pela Arquidiocese, INCRA, CTI/MIRAD e Associação das Comunidades do Rio Ceará, destinado a estudar meios de viabilizar a posse e usufruto da terra dos índios Tapeba.

Deste trabalho, o Relatório da Antropóloga Rita Heloisa de Almeida, da CTI/MIRAD, informa que a comunidade Tapeba origina-se da redução no aldeamento de Caucaia, de índios das nações Potyguara, Kariri procedentes do Crato em 1780, e Tremembé. Segundo seu Relatório, o aldeamento de Caucaia foi administrado por missionários da Companhia de Jesus entre 1741 e 1758. Neste mesmo século, inicia-se a especulação em torno das terras da Missão de Caucaia, já que documentos do período atestam a concessão de áreas a brancos dentro do aldeamento, entre o rio Ceará, Juá e as Lagoas Capuan e Tapeba (1721). O mesmo terreno é concedido aos índios e seus descendentes dois anos depois, com três léguas de extensão e uma de largura, fazendo peão no olho d'agua chamado Taboca.

Ainda conforme o Relatório de Rita Heloisa de Almeida, " em 1839 é feita uma referência especial aos índios de Soure segundo a qual teriam ido ao Presidente da Província do Ceará para reivindicar o "estabelecimento de seus diretórios, "um pastor" e a "restituição dos bens que possuíam"...foi sugerido a atenção de um "advogado" para promover a medição, restituição, demarcação e conservação de suas terras".

No período, segundo registro de Renato Braga, em Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará-Fortaleza, 1967, a população de Caucaia em 1821 era de "1.200 moradores, índios todos eles".

No Registro da data e sesmaria do Padre Manoel Coelho de Lemos, lê-se: 'Manoel Coelho de Lemos sacerdote do habito de Sam Pedro, que elle suplicante tem seus gados asim vacuns, como Cavallares, e não tem terras donde os possa criar; e por quanto junto da Aldeya da Caucaia se acha desde o posso do tapú athe a passagem do Rio se acha meya Legoa de terra com suficiencia pera nella o poder fazer por ser terra de pastor, donde os Índios não plantam, por tanto; Pede a vosmerce seja servido concederlhe por datta e sismaria, a dita meya Legoa de terra asima declarada, pera nella poder criar os seus gados...

Segundo o Registro da data e sesmaria, a meia légua de terra foi concedida em 07.05.1723.

Conforme pudemos perceber durante o trabalho de campo, os limites do aldeamento indígena, sob domínio da Missão e conhecido na história oral da atual comunidade Tapeba, como a terra da Santa, com uma légua de terra em quadro, coincide com o Documento "terra do Patrimônio da Câmara da Extinta Villa de Soure, onde se lê os marcos apontados pelos Tapeba, tais como, Mulungú, Pacheco, Gadelha, Sargento-Mor, Riacho Tapeba e Lagoa Tapeba. Segundo a cópia do documento, "Foi avaliado em 12 de agosto de 1858, perante o Juiz dos Feitos da Fazenda, em oito contos de reis... Pertencia a extinta Câmara Municipal de Soure, e foi incorporada ao Próprios Nacionais por Acordão da Relação do Distrito de 19 de julho de 1851. Acha-se arrendada em pequenas partes a diversos indivíduos".

Hoje, a cidade de Caucaia, faz parte da área de influência de Fortaleza e guarda como memória dos tempos antigos, apenas o prédio da Ca deia, a igreja de N.S. dos Prazeres e a presença, até nossos dias, dos descendentes Índios do aldeamento missionário.

Segundo o Dr. José Maria Xavier de Oliveira, natural e morador de Caucaia, sempre existiu na cidade como grupo diferenciado pelos seus traços fisionômicos, costumes e segregação, os chamados Tapebanos, localizados na barra do rio Ceará e no distrito de Capuam às margens da Lagoa Tapeba, perto de onde havia uma pedreira.

Era costume vê-los sairem das margens da Lagoa Tapeba (de onde foram expulsos pela especulação imobiliária) atravessando a cidade com apetrechos próprios, para pescarem no rio Ceará, atividade até hoje tradicional.

Aqueles que viviam na barra do Ceará, desapareceram tanto pela

dispersão como pela assimilação à população local.

Porém ainda encontram-se famílias espalhadas na margem do rio Ceará no cruzamento com a BR 020, em terreno da Fazenda Soledade, vivendo de produtos do mangue e da venda de areia do rio.

O Dr. José Maria Xavier informa que os Tapeba casavam entre si, acelerando o processo de assimilação do grupo assim que passaram a casar-se com brancos. Nunca se interessaram pelo trabalho nas salinas, na pecuária, a carnaúba. Tradicionalmente sempre se ocuparam da pesca, a caça de passáros para venda e comércio de mudas de palmeiras ornamentais como o catolé etc.

A família do Dr. José Maria Xavier é herdeira da Fazenda Soledade, a qual os Tapeba sempre estiveram ligados pela ocupação das margens do rio Ceará com atividade de pesca ou moradia, pela utilização da sua mão de obra, de tal forma que a história da Fazenda e dos Índios são intimamente ligadas. Esta Fazenda hoje está desativada, improdutiva, sendo apenas utilizada a sede como restaurante, denominado Restaurante Fazenda.

O antigo cemitério indígena do aldeamento, hoje se encontra parte sob a igreja, o terreno da casa do Dr. José Maria Xavier e a Maternidade local.

### III - SITUAÇÃO ATUAL

POPULAÇÃO - Atualmente os Tapeba encontram-se dispersos na cidade de Caucaia e no distrito de Capuam. É neste povoado inclusive, que existem duas concentrações significativas: os antigos moradores da Lagoa dos Tapeba, expulsos para a beira da BR 222; e os moradores das margens da estrada de ferro, no local denominado Trilho, tradicional local de assentamento alternativo em caso de expulsões. Ai reside também, grande parte das famílias expulsas da Lagoa dos Tapebas.

Segundo o levantamento da Arquidiocese de Fortaleza (outubro de 1986), a população Tapeba perfaz um total de 914 pessoas, distribuídas em 185 famílias.

Originam-se de Índios Potyguara, Kariri e Tremembé, aldeados pela Missão de Nossa Senhora dos Prazeres, que deu origem à cidade de Caucaia, tendo perdido os hábitos e costumes, a língua materna, conservando alguns traços físicos, a memória tribal e a identidade étnica.

Contudo, sempre constituíram um grupo à parte dentro de Caucaia, até pouco tempo casando entre si, e discriminado pelo preconceito de origem, não se adaptando às atividades econômicas que fizeram o desenvolvimento regional como o extrativismo ou pecuária.

O estado de pobreza, já esteve pior, antes da assistência da Arquidiocese e apoio das entidades de Fortaleza, mas ainda encontramos péssimas condições de moradia, saneamento básico, trabalho e nutrição.

Com relação ao acesso a serviços como saúde e educação, a situação é de total abandono e descrença pelos atendimentos como INPS e FUNRURAL.

O espaço urbano da cidade de Caucaia de modo geral tende à deteriorar-se pelo crescimento do comércio, da configuração de subúrbio de Fortaleza, pela presença da BR 020 cortando a cidade, do crescimento do tráfego e surgimento de áreas de despejo, o que só faz potencializar os riscos da miséria da população Tapeba e não Tapeba.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA - Um dos líderes históricos dos Tapeba foi o chamado Perna de Pau, falecido em 1955. Os Tapeba declaram que, depois da sua morte, acelerou-se a desagregação do grupo, pois Perna de Pau impunha respeito e sentido na união da comunidade.

Vítor Teixeira de Matos, casado com uma filha de Perna de Pau, assume a liderança da comunidade até seu falecimento em 03.10.84. Esta data ficou instituída como o dia dos Tapeba e é comemorada com missa, visitação ao seu túmulo e festa.

Francisco Alves Teixeira, conhecido pelo apelido de Alberto, filho do finado Vítor, é atualmente, o representante da comunidade e quem decide nos assuntos que lhes dizem respeito.

Como os Tapeba estão organizados em uma Associação de Moradores, composta de comunidades eclesiais de base, formadas por índios e não-índios, o Alberto representa a parte Tapeba na Diretoria da Associação.

A comunidade da Lagoa dos Tapebas é a única composta exclusivamente de Tapebas; depois só a do Trilho possui uma concentração semelhante.

As comunidades de Vila Nova, Ponte 1, Ponte 2, Capoeira 1, Capoeira 2, Glilo, Açude, Cigana, Vila S. José, são de características notadamente urbanas, não pela infra-estrutura que apresentam, mas pela

concentração de casas, a atividade dos seus moradores e proximidade do centro comercial de Caucaia. Algumas são compostas exclusivamente de brancos.

Assim que a Associação foi criada, a partir do trabalho de promoção humana da Arquidiocese de Fortaleza, as comunidades tomaram o nome dos bairros ou locais onde se encontravam.

Este movimento proporcionou aos Associados uma melhoria das condições de vida, no aspecto de saneamento e vivência comunitária.

As Entidades de Fortaleza envolvidas no movimento de apoio aos moradores do rio Ceará, conseguiram melhorar as condições de moradia de algumas famílias fornecendo telhas, e implantaram projetos comunitários tais como: uma pocilga na comunidade de Vila Nova, teares para fabricação de redes na comunidade de Capoeira, uma horta na comunidade do Trilho, e um forno para fabricação de bolachas.

Houve doações de algumas casas, e a tentativa de captação de água de chuva.

Outras comunidades, a partir daí, começaram a surgir, apoiadas pelos políticos locais, fornecendo creches e escolas para a população. Parece existir uma oposição política entre as duas Associações.

Quando da ameaça de expulsão dos moradores do rio Ceará e destruição do mangue de onde tiram o sustento, a Prefeitura de Caucaia declarou a área como de proteção ambiental, dentro de todo um contexto de defesa do mangue e de seus ocupantes desenvolvido pelas Entidades de Fortaleza e amplamente divulgado pelos jornais.

A intervenção de D. Aloisio Lorscheider e do Ministro Dilson Funaro, sustou temporariamente a ameaça. A partir daí, o INCRA iniciou estudos para efeito de Reforma Agrária no município de Caucaia e solucionar o problema dos sem-terra.

As particularidades indigenistas da questão, começaram a se destacar, face à presença do contingente indígena no local, ameaçando a situação até então solidária de convivência e encaminhamento conjunto do problema dos moradores pobres e ameaçados, habitantes do rio Ceará.

Para efeito de reforma agrária, o INCRA executou a identificação da área e iniciou uma pré-vistoria e levantamento cartorial, até que, dentro das suas prerrogativas, a Prefeitura Municipal de Caucaia ampliou a área urbana da sede do município até os limites onde o INCRA cogitava áreas para desapropriação.

Dentro das normas que determinam a caracterização de um meio urbano, segundo observações na reunião entre INCRA/FUNAI/ARQUIDIOCESE/ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DO RIO CEARÁ/ENTIDADES DE APOIO, a ampliação do perímetro urbano de Caucaia constitui uma reação contra as pretensões de reforma agrária, pois avançou sobre áreas tipicamente rurais.

ECONOMIA - As atividades econômicas tradicionais dos índios localizados no município de Caucaia eram a pesca no rio Ceará e no mangue, e a comercialização de passarinhos e mudas de palmeiras ornamentais.

Ainda hoje, a exploração dos recursos do rio Ceará, é fundamental para a subsistência, não só dos Tapeba, mas de toda a população pobre adjacente. Encontramos ainda indivíduo Tapeba que mantém a família com o comércio de pássaros. Os Tapeba eram tão eficientes neste mister, que o povo dizia que os mesmos possuíam a capacidade de encantar os pássaros que, doces, se deixavam capturar e serem negociados, para depois então, se rebelarem.

Quanto ao comércio de mudas, até a pouco era feito, porém tem sido abandonado.

Atualmente, constituem mão de obra livre no mercado, destituída de qualquer meio de produção efetivo, à mercê de atividades sazonais e mal remuneradas.

Alguns mendigam, outros vendem roletes de cana na praia, outros coletam animais do mangue, etc.

Duas atividades comuns no período de verão, e presenciadas pelo GT., são o trabalho da palha da carnaúba e a retirada de areia do rio.

O trabalho da palha pode ser autônomo, bastando coletar o material, chamado de bucha, porque é uma parte especial da palmeira, utilizada para confecção de corda e pincéis. Outra parte é utilizada para confecção de chapéus, vassouras e bolsas.

O trabalho da palha pode ser também como diarista: os Tapeba moradores da beira da BR 222 (Fortaleza/Sobral), trabalhavam para um branco, que arrendou um carnaval e formou uma turma de cortadores de palha, todos Tapeba.



A turma de trabalhadores é dividida em cortadores e aparadores. Os cortadores trabalham com uma taboca que alcança até as folhas e corta com a foice afixada na ponta. É a parte mais perigosa, pois a palha que desce pode atingir o rosto do cortador. Os aparadores trabalham com uma faca e vêm atrás, preparando as palhas cortadas.

O horário de trabalho é basicamente de cinco horas da manhã, quando são transportados em viatura do patrão para o carnaubal, até as cinco da tarde, quando costumam chegar em casa. Quando o local do serviço é considerado próximo, o patrão não fornece transporte e o percurso é feito a pé. Neste trabalho é utilizada a mão de obra dos adultos homens e mulheres e das crianças.

O pagamento é feito todo sábado, e a palha estava sendo paga a vinte cruzados o milheiro.

No inverno, não é possível este tipo de atividade, quando os Tapeba procuram trabalho na agricultura, também como diaristas.

O trabalho de areia também só é possível no verão. É feito por uma turma de seis homens. Três preparam o monte de areia e três transportando até o local de acesso do caminhão que fará o transporte. Esta turma sempre é composta de tapebas e não-tapebas e utilizam como instrumentos de trabalho carrinhos de mãos, pás, enxadas, picaretas e foices.

A produção é de duas carradas por dia a duzentos cruzados cada.

Como método de pesca e coleta no rio e nos mangues, costumam fechar o rio na maré e, quando seca, dividem a produção; e armadilhas feitas com aproveitamento de latas vazias de óleo de cozinha onde são capturados guaiamuns, caranguejos e bichos de pelo como casso, rato, guaxinim, etc.

Alberto nos conta que também pegavam cobra para vender ou comer. Por sinal, os hábitos alimentares dos Tapeba, sempre causavam espécie aos não-tapebas, bem como os identificava como grupo diferenciado, pois consumiam cobras e outros animais do gênero.

#### IV - A ÁREA

A área do município de Caucaia é tradicionalmente de ocupação indígena, bem como toda a região adjacente, que pode ser considerada imemo-

*[Handwritten signature]*



rial indígena. Por enquanto, os únicos locais que permanecem habitados por índios, são os municípios de Caucaia e Itarema (Tremembé).

A ocupação do Ceará pelo europeu se orientou pela localização dos cursos de água, face à presença de populações indígenas, fatores de suporte para o sucesso da ocupação.

Assim é que o desenvolvimento das localidades contava com a contribuição dos índios ; o seu território e seus recursos naturais.

Os aldeamentos, como método de administração da catequese e dos conflitos inter-étnicos, pediam a regularização de uma área e que fosse adequada às condições dos índios em termos de origem e cultura. Por conseguinte, tudo indica que, dentro da área imemorial indígena, os Tapeba tiveram uma área dominial de uma légua em quadra para o desenvolvimento da missão.

Como já pudemos mencionar, a origem étnica dos Tapeba diz respeito à redução de Potyguaras, Kariris e Tremembés basicamente, no aldeamento de Caucaia no século XVII, que deu origem a cidade do mesmo nome.

Afora o local do centro de Caucaia, onde se localiza o cemitério indígena do antigo aldeamento e a barra do rio Ceará, a Lagoa dos Tapeba constitui um dos mais tradicionais locais de origem dos Tapeba. Todos os mais velhos da comunidade nasceram na Lagoa dos Tapeba, bem como seus pais, avós e bisavós.

Foram expulsos daí há doze anos. Como não tinham para onde ir e com a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sr. Gilberto Miranda cedeu-lhes em troca das benfeitorias a pequena faixa de terra onde moram hoje, na beira da BR-222. Outros foram engrossar o grupo que ocupa faixa de terras marginais à estrada de ferro.

D. Zuila que se criou nos trilhos, cuja mãe veio da Lagoa dos Tapeba, diz que já houve aldeia dos índios no local, antes da construção da estrada. Uma aldeia respeitada, onde nem a polícia entrava, diz D. Zuila. Quando a estrada chegou, os índios foram contra, mas acabaram trabalhando na construção da mesma. A partir daí, as terras foram tomadas e os índios dispersaram.

Segundo Alberto, representante da comunidade e nosso guia e informante, no riacho Tapeba e Barra Nova, dava muito passarinho e soim, onde por conseguinte os índios iam buscar, até pouco tempo conforme ainda alcançou seus pais. Aí também tinha maçaranduba, utilizada para pegar os passarinhos.

Era na região da Vila de Capuan, em locais como a Lagoa dos Tapeba, riacho do Nambi, Trilho, que os índios conseguiam lenha para fazer carvão e vender. Quanto as mudas de palmeiras, eram trazidas da serra da Rajada.

A pesca e coleta de caranguejo eram feitas no rio e mangues do Ceará e Barra Nova; e a caça nas terras da Fazenda Soledade e Malícia. Eram animais pequenos como cobras de vários tipos, cassacos, lagartixas, etc.

A área imemorial indígena, pelas informações levantadas, tem como centro o Distrito de Capuan, onde há locais tradicionais de assentamento dos Tapeba como a Lagoa dos Tapeba e o Trilho.

Até nossos dias, os índios continuam presentes na área e perfeitamente discrimináveis na população Caucaíense.

O trabalho de identificação foi executado com base no trabalho do INCRA e reivindicação dos Tapeba.

Na medida que acompanhávamos o Alberto, notamos que a sua preocupação era abrigar as comunidades onde havia índios e incorporando áreas tradicionais do aldeamento como as fazendas Soledade e Malícia, consideradas improdutivas e até abandonadas pelos técnicos do INCRA, e cogitadas para desapropriação.

A Arquidiocese de Fortaleza, imaginava uma extensão de 18000ha, para desapropriação, pegando estas propriedades, para assentamento de aproximadamente 900 famílias de sem-terra Tapebas e não Tapebas. A região da Lagoa dos Tapeba, seria exclusiva para os descendentes indígenas. Quando as dificuldades começaram a aparecer, exigindo mais realismo dos que se punham a apoiar a luta pela terra, e a questão indígena alcançar maior projeção a ponto de causar apreensão aos não-índios, a FUNAI foi requisitada a promover os seus estudos, mesmo sob os receios das consequências que poderiam trazer à integração dos Tapeba e exploração conjunta a brancos, e índios, dos recursos do rio Ceará.

A preocupação manifesta por índios, não-índios e Entidades, é, além do acesso à terra, a preservação ecológica e manutenção das relações inter-étnicas. Neste sentido, o CIMI/Arquidiocese de Fortaleza, propõem a criação de uma COLÔNIA AGRÍCOLA, prevista no Estatuto do Índio, e que se aplica ao nosso ver, à situação encontrada no município de Caucaia.

*[Handwritten signature]*

Com base nesta situação, foi que se optou por um estudo preliminar, sem que fosse executado o levantamento fundiário, como se faz comumente nos trabalhos de identificação das áreas indígenas em outras partes do país.

A área levantada por este GT, iniciou-se pela BR 222(Fort.Sobral), passando pela BR 020, estrada do Capuan até o riacho Nambi, seguindo pelo lado esquerdo do rio Ceará até o riacho do Carrapicho, até a BR-20. Inclui a Lagoa dos Tapebas, a Lagoa do Poço em Barra Nova, pegando mil metros de cada lado do riacho dos Tapeba, confrontando com as fazendas existentes. O critério para identificação da área indígena apresentado pelo representante da comunidade indígena, era exatamente que se reservasse para eles o curso do rio Ceará e do riacho Tapeba, numa faixa de mil metros de cada margem, preservando as fazendas no que fosse possível.

Para viabilizar a solução do problema e evitar os seus altos custos, sempre que possível e havendo consenso no GT, evitaram-se as benfeitorias tais como edificações de grande porte.

Conforme o documento do INCRA, de setembro de 1986, intitulado "Apontamentos sobre imóveis levantados nas adjacências do Rio Ceará, está observado que: "Em relação à situação jurídica dos imóveis integrantes da área em apreço, adjacências do Rio Ceará, no Município de Caucaia, constatou-se que há os que estão sob o domínio de particular; os que constituem terras públicas, no caso os terrenos de marinha formados a partir da projeção da linha de prearmar pelo leito do rio Ceará, que sofre a influência das marés; e ainda determinadas áreas públicas objeto de contratos de aforamento (enfiteuse).

Das áreas apontadas pelo INCRA, inclui-se no trabalho da FUNAI, os imóveis : Soledade, Malícia e Gadelha, entre outros.

Pelas informações do INCRA, "O imóvel "Fazenda Soledade", é segundo as certidões anexas, constituído, dentre outras, de terras próprias atribuídas aos herdeiros de Maria Elisa Xavier de Oliveira que confinam, em parte, com "terras foreiras, ao antigo aldeamento dos índios , cujo domínio útil também se integra na referida propriedade", bem como de "terrenos há mais de cem anos aforados à Prefeitura de Caucaia..."

Face às irregularidades apontadas no levantamento dos imóveis pelo INCRA, o documento aponta: "é de todo recomendável que a equipe de vistoria venha a demarcar o que se atribui ser a área de "aldeamento dos índios" bem como os terrenos de marinha, estes, naturalmente, com a participação do SPU.

V - CONCLUSÃO

- Os Tapeba constituem um contingente indígena de 914 pessoas e 185 famílias, localizado de forma esparsa na cidade de Caucaia e no povoado de Caupan, originário do aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia fundado no século XVII, onde foram aldeados índios Potyguara, Kariri e Tremembé, e que deu origem a atual cidade de Caucaia.

- As terras onde estão integrados à comunhão nacional, constituem áreas imemorial indígena, sobre a qual há referências de uma lègua ou três lèguas em quadra, reservadas para usufruto dos índios sob a proteção da missão religiosa.

- Vivem atualmente como mão de obra livre no município, absorvida de forma sazonal como diaristas na agricultura ou extrativismo ou ocupando-se como autônomos em atividades comerciais bastante diversificadas, baseadas na coleta, caça e pesca por terem sido tomadas suas terras próprias de subsistência e moradia.

- A questão da identidade étnica foi levantada durante o trabalho de identificação e é colocada em discussões a respeito do indigenismo no Ceará.

Sobre este aspecto, pelo menos dois trabalhos profissionais reconheceram anteriormente o conteúdo indigenista da problemática a que somos chamados para solução, no município de Caucaia: a Informação Técnica nº 71/86 - CTI/MIRAD da Socióloga Elia Meneses Rola e o Relatório de Viagem/86 da Antropóloga Rita Heloisa de Almeida, baseados em levantamentos de campo e documental.

O processo FUNAI/BSB/1986/85, contém nos seus autos o levantamento etno-histórico do grupo indígena em questão, assinado pela Antropóloga Jusara Vieira Gomes, do CENDOC/Museu do Índio, Rio de Janeiro.

- A região do aldeamento de Caucaia, teve como atrativo, o extrativismo da palha de carnaúba, abundante na região. Com a decadência da atividade, por ocasião do aparecimento da matéria plástica, a população branca havia se fixado, absorvida por outras atividades como a agropecuária, de tal forma que os dois segmentos étnicos são responsáveis atualmente pelo uso da área e costumes apresentados de forma sincrética.

*[Handwritten signature]*

Com a especulação imobiliária, cuja origem está nas concessões de sesmarias e nos primeiros arrendamentos, índios e as levas de trabalhadores brancos passaram a configurar a pobreza urbana de Caucaia.

- A solução para o problema fundiário, tendo em vista ameaça de expulsão dos moradores e exploradores índios e não-índios, dos recursos do rio Ceará, estava sendo encaminhada via reforma agrária e o INCRA desenvolve levantamentos para desapropriação através de processo administrativo de áreas como a Fazenda Soledade, Malícia, Paumirim e Lagoa dos Tapebas.

Este processo foi considerado pelo INCRA, MIRAD, ARQUIDIOCESE e ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES como mais ágil que o processo imemorial que poderia também, agravar o problema da população- Inf.Téc. nº 071, Elia M. Rola-CTI / MIRAD.

A chegada da FUNAI na área, coincidiu com a ampliação do perímetro urbano da cidade de Caucaia pela Prefeitura, sobre áreas onde o INCRA estava fazendo a pré-vistoria.

Já no transcorrer do nosso trabalho de identificação e delimitação, a intervenção da Arquidiocese que participou do GT., e do CIMI presente na reunião final dos trabalhos, foi determinante na inclusão da Fazenda Paumirim na área em estudo e formulação da proposta de criação de uma Colônia Agrícola, conforme prevê o Capítulo III da Lei 6.001, de 19.12.73. Conforme o art. 29 deste capítulo, "Colônia Agrícola Indígena é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo Órgão de assistência ao índios, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional.

A área identificada para este fim, tem, 4675 ha e 75 Km de perímetro aproximado.

O INCRA já tendo feito identificação de uma área para desapropriação em comum acordo com representante dos Tapeba e dos brancos, estando com o levantamento cartorial em curso e um levantamento sócio-econômico da população e face o aproveitamento destes trabalhos pela FUNAI, pretende o encaminhamento para estudo de desapropriação de outras áreas do município apontadas pelo Sindicato Rural, para reassentamento de não-índios.

SUGESTÃO- Reunião da FUNAI e membros da Comissão designada pelo MIRAD composta de representantes da Arquidiocese, INCRA, ASSOCIAÇÃO, CTI/MIRAD que executaram estudos na área, para discussão da proposta e necessidade de levantamento da população de não índios e benfeitorias incidentes sobre a área.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

FONTE DE CONSULTA

- PROC./FUNAI/BSB/1986/85
- Caracterização da Situação Atual dos Tapeba. Rel. de ELIA MENESES ROLA-CTI/MIRAD, junho/86.
- Rel. de Viagem ao Município de Caucaia-Ceará. RITA HELOISA DE ALMEIDA-CTI/MIRAD, junho/86.
- Arquidiocese de Fortaleza. Documentos diversos.
- INCRA. Apontamentos sobre imóveis levantados nas adjacências do Rio Ceará-Fortaleza, Set. 86.

*[Handwritten signature]*

*Arquivado  
pelo  
DE/MAES/hsb. 20*

CT-Nº **0143** SUAF/86

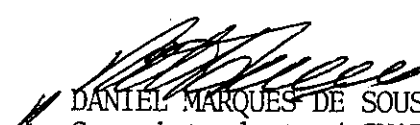
Brasília,

**17 DEZ 1986**

Ilmo. Sr.  
ANDRÉ VILLAS BOAS  
CTI/MIRAD-Av. W/3 Norte-Quadra 715  
BRASÍLIA-DF.

Estamos enviando em anexo, o Relatório de Identificação e Delimitação da ÁREA INDÍGENA TAPEBA para seu conhecimento e subsídios à nossa reunião de 22.12.86, em Brasília.

Atenciosamente,



DANIEL MARQUES DE SOUSA  
Superintendente / SUAF-

CTI  
RNº 137  
Data: 18.12.86

DID/MAES/hsb.

SEP Quadra 702 Sul  
Edifício Lex, 3º andar  
CEP 70.330 Brasília D.F.



C.I. Nº 111 /DID/86

Brasília, 13.12.86


Do: Sociólogo-Marcos A.E.Santo  
A: Sra. Chefe da DID  
Ass.: Enc. Relatório-Ident. A.I. TAPEBA

Encaminhamos em anexo, Relatório de Identificação da A.I. TAPEBA, localizada no Município de Caucaua-CE.

Tendo em vista grande número de anexos, solicitamos abertura de um segundo volume do Proc.FUNAI/BSB/1986/85, a respeito do assunto.

Aproveitamos para informar que a reunião entre FUNAI/ARQUIDIOCESE/INCRA/CTI-MIRAD está prevista para o dia 22.12.86, nesta capital objetivando questões de encaminhamento e discussão da proposta de criação da Colônia Agrícola Indígena em Caucaia.

Atenciosamente,



Marcos Antonio E. Santo  
Sociólogo - Divisão de Identificação  
• Delimitação/SUAF/FUNAI

DID/MAES/hsb.

SEP Quadra 702 Sul  
Edifício Lex, 3º andar  
CEP 70.330 Brasília D.F.